

AL NOTÍCIAS



Impresso Especial
95143 7 2007 DP SC
Al FGC
... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

Parlamento na defesa dos direitos humanos



Alberto Neves

Na Semana Estadual dos Direitos Humanos, deputados, OAB/SC, secretarias de Educação e de Justiça e Cidadania participaram de uma audiência pública sobre direitos humanos, durante a qual também foi debatida a instalação do Conselho Estadual de Direitos Humanos, prevista pelo Projeto de Lei nº 363/96. Santa Catarina é o único estado brasileiro que ainda não possui este instrumento.

A sugestão da OAB é organizar uma comissão provisória para analisar o texto da lei, fazer os ajustes necessários e o devido encaminhamento. Uma das propostas é que sejam criadas estruturas municipais e regionais para o conselho.

Outro projeto sobre o assunto que tramita na Casa propõe que sejam obrigatórios conteúdos sobre direitos humanos no currículo do Ensino Médio da rede estadual.

Páginas 6 e 7

ENTREVISTA

Silvio Dreveck defende ajustes na Lei do Super Simples para proteger empresários

Página 4

Tribunal de Justiça requer a criação de mais 10 vagas para desembargadores

Página 8

Taxa sobre terreno de marinha preocupa

Eduardo Guedes de Oliveira



Deputados estaduais e federais questionam a cobrança

Página 5

Uma noite de arte e beleza

Eduardo Guedes de Oliveira

Meninos e meninas integrantes da Escola do Teatro Bolshoi no Brasil fizeram apresentação de trechos de peças como *O Quebra-Nozes* e *Dom Quixote*, durante a sessão solene de homenagem à instituição.

Criada há sete anos em Joinville, a escola é a única fora da Rússia. Atualmente, recebe mais de 300 crianças e adolescentes, sendo que 95% são mantidos por bolsas de estudos.

Página 3



Após apresentação, dançarinos foram aplaudidos de pé pelos presentes

OPINIÃO

Santa Catarina na linha de produção da TV digital

Chegou o momento de se criar um ambiente favorável à implantação de uma indústria de receptores para TV Digital em Santa Catarina, a ser instalada no município de Brusque ainda este ano. Durante visita recente pude ciceronear os emissários Marcelo Yamada, representante da empresa chinesa Skardin Industrial UK Ltda no Brasil e Michael Milne, sócio inglês responsável pela célula de engenharia da empresa em Londres, nas tratativas em diversos órgãos e instituições tanto na Capital como em Brusque, visando o avanço das negociações que vão possibilitar a vinda da Skardin para nossa terra.

Juntos, estivemos em mais de dez encontros em todas as esferas de desenvolvimento industrial e tecnológico catarinenses. A Skardin, que tem duas unidades de produção na China e possui sede administrativa e comercial em Taiwan, planeja investimentos de

cerca de US\$ 6 milhões em uma unidade em Brusque para atender a demanda do mercado nacional e do Mercosul em receptores para sinal de TV Digital. No Brasil a TV Digital abre suas transmissões oficialmente a partir de dezembro, quando o sinal estará disponível primeiramente no estado de São Paulo. Até 2015, o sinal de TV no Brasil será totalmente digital e estará disponível em todo o país.

Os enviados da Skardin explicaram a intenção da empresa aos principais segmentos políticos e empresariais catarinenses, responsáveis por viabilizar a iniciativa de sua implantação no estado. Foram colocados a par do projeto os presidentes da Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica de Santa Catarina (Fapesc), Antônio Diomário Queiroz, da Federação das Associações das Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina (Fampesc), Clóvis Ferreira, e da Junta Comercial do Estado

de Santa Catarina (Jucesc), Mário Zimermann; na esfera do governo estadual, além do governador Luiz Henrique e seu vice, Leonel Pavan, foram acionados o diretor geral da Secretaria da Fazenda, Pedro Mendes, e o secretário do Desenvolvimento Econômico e Sustentável, Jean Kuhlmann. Também o diretor-presidente do BRDE, Casildo João Maldaner, e o diretor financeiro da entidade, Renato Vianna, foram visitados pela comitiva empresarial. Já na esfera municipal aconteceram contatos com o prefeito de Brusque e o titular da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, Luiz Carlos Rosin.

A iniciativa de liderar todo o esforço da Skardin para se instalar no estado já vem acontecendo desde abril, quando a direção chinesa da empresa manifestou desejo de instalar-se no Brasil.

Deputado Serafim Venzon
(PSDB)

Injeção de ânimo na pequena e microempresa

Incluir, tirar da informalidade. Esse é o principal objetivo da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, mais conhecida como Lei do Super Simples, que entrou em vigor esta semana. Fruto de vários anos de debate, a lei não é perfeita, mas tem muitas virtudes que vão possibilitar o avanço no desenvolvimento das pequenas e microempresas. Garantindo condições para que se modernizem, tornem-se eficientes, competitivas, gerem mais empregos e ajudem ainda mais no desenvolvimento do país.

Através da Subcomissão da Lei Geral da Microempresa da Assembleia Legislativa, e com o apoio do Sebrae/SC e da Federação das Micro e Pequenas Empresas de SC – Fampesc, realizamos cinco audiências regionais para debater, esclarecer e analisar os reflexos da lei na economia estadual. Santa Catarina conta hoje com 160 mil empresas, das quais 103 mil enqua-

dradas no Simples estadual, que deixa de existir com a vigência da Lei do Super Simples.

Durante a realização das audiências, conseguimos avanços significativos na implantação da lei. O governo do Estado anunciou que vai enviar à Assembleia Legislativa projeto adequando a legislação tributária e que Santa Catarina deve aderir ao teto máximo, incluindo empresas com até R\$ 2,4 milhões de faturamento bruto anual. O Executivo também decidiu parcelar os débitos vencidos de ICMS em 120 meses, estimulando a adesão das empresas ao Super Simples. Questões de enquadramento de algumas atividades, como a de transporte, e o fim do benefício do crédito de ICMS são pontos que precisam ainda ser discutidos.

O Brasil não pode mais tratar de forma indiferente os diferentes. A Lei Geral nasce nesse sentido,

estabelecendo um tratamento diferenciado, simplificado, que desonera e dá incentivos específicos aos pequenos negócios. Mas também vem para resolver uma equação prejudicial à sociedade, uma vez que pouco mais de 5 milhões de micro e pequenas empresas estão devidamente formalizadas no país, número muito inferior aos 10 milhões de empresas que atuam na informalidade.

A nova lei simplifica o recolhimento, diminui a burocracia e a carga tributária, facilita o acesso ao crédito, propicia acesso à tecnologia e abre aos pequenos negócios o mercado bilionário das compras governamentais. São incentivos para que as empresas se formalizem e passem a contribuir com o sistema tributário, passo importante para que possamos avançar na redução da carga tributária.

Dirceu Dresch (PT)

[AGENDA]

• **9 de julho, 9h30min:** Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais – Audiência pública sobre regularização de terras indígenas e quilombolas

Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright

• **9 de julho, 14 horas:** Comissão de Educação – Audiência pública para discutir a regulamentação da Lei 13.846/06, que institui os Jogos da Terceira Idade em Santa Catarina

Local: Auditório Deputada Antonieta de Barros

• **9 de julho, 19 horas:** Sessão solene de outorga de medalhas de mérito

Local: Plenário Osni Régis

• **11 de julho, 8 horas:** Seminário “O município frente ao novo marco regulatório do saneamento”

Local: Auditório Deputada Antonieta de Barros

• **11 de julho, 9 horas:** Comissão de Saúde – Audiência pública sobre a mudança do modelo de gestão do SUS a partir do modelo proposto pelo governo federal no Hospital Universitário – UFSC

Local: Auditório do Hospital Universitário

• **12 de julho, 8 horas:** Seminário “O município frente ao novo marco regulatório do saneamento”

Local: Auditório Deputada Antonieta de Barros

• **12 de julho, 14 horas:** Debate sobre a ação da Polícia Militar em movimentos sociais e sindicais

Local: Sala das Comissões

• **12 de julho, 14h30min:** Comissão de Agricultura – Audiência pública para discutir Ação Civil Pública do Ministério Público Federal que condenou a Funai a marcar e a delimitar as terras indígenas Guaranis em nove municípios do Planalto Norte

Local: Câmara Municipal de Araquari

Errata

Na matéria intitulada “Corredor Bioceânico em pauta”, editada à página 9, da edição 256 do *AL Notícias*, com data de 18 de maio, informamos que “para complementar o corredor no estado faltam apenas 50 quilômetros, na fronteira com a Argentina, já com recursos garantidos pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)”. A informação correta, no entanto, é que os 50 quilômetros que ainda faltam ser construídos estão em território argentino e os recursos citados referem-se à declaração do presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, que se dispôs a abrir financiamento ao país vizinho através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Bndes).

Mesa



Presidente: Julio Garcia (DEM)

1º Vice-Presidente: Clésio Salvaro (PSDB)

2º Vice-Presidente: Ana Paula Lima (PT)

1º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)

2º Secretário: Valmir Comin (PP)

3º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)

4º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)

Assembleia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social



Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Andréa Leonora e Cleia Maria Braganholo

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 / 3221-2751 - Fax: (48) 3223-7021

imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Marise Ortiga Rosa, Rose Mary Paz Padilha Ferreira, Rodrigo Viegas, Sandra Annuseck, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlaine Silveira

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jamile Machado, Janine Koneski de Abreu, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer, Simone M. Alves e Soraia Boabaid

Estagiários: Aline Eni Moreira, Eliseu Baesso, Fabiano Vanderlei Rosa, Luana da Cruz, Robson Barbosa e Robson Ribas.

INSTITUCIONAL

Assembléia presta homenagem ao Bolshoi

A Escola do Teatro Bolshoi no Brasil, em Joinville, já tem sete anos de atividades é a única fora da Rússia

Rose Mary Paz Padilha

Música e dança invadiram o Plenário da Assembléia Legislativa no dia 4, no Plenário da Assembléia Legislativa, durante a sessão solene que homenageou a Escola do Teatro Bolshoi no Brasil. Sob a presidência do deputado Clésio Salvaro (PSDB), 1º vice-presidente da Assembléia Legislativa, a sessão, proposta pelo deputado Darci de Matos (DEM), registrou também a presença dos deputados Kennedy Nunes (PP) e Nilson Gonçalves (PSDB); do secretário de Estado do Turismo, Cultura e Esporte, Gilmar Knaesel; do representante do Tribunal de Justiça, José Volpato de Souza; do presidente do Instituto Escola do Teatro Bolshoi no Brasil, Valdir Steglich; e do supervisor geral da Escola, Pavel Kazarian, entre outras autoridades.

O público, formado principalmente por familiares, amigos e pequenos bailarinos, assistiu a apresentação de um vídeo que contou um pouco dos sete anos de existência da única escola do Teatro Bolshoi fora da Rússia. Descobrimos talentos e desenvolvendo a vocação artística em crianças e adolescentes, a instituição tem o apoio de empresas e pessoas físicas, chamados de "Amigos do Bolshoi", que fornecem bolsas integrais a 95% dos quase 300 alunos. Professores russos e brasileiros aplicam me-



Apresentação dos pequenos bailarinos emocionou deputados e público

todologia secular, num currículo que tem oito anos de duração.

Darci de Matos é autor do Projeto de Lei que está tramitando na Assembléia que reconhece Joinville como Capital Catarinense da Dança. Para ele, a Escola do Teatro Bolshoi tem cumprido seu papel cultural, social e de cidadania. "A escola não forma apenas profissionais, mas acima de tudo cidadãos que vão dirigir o país. É um ícone da cultura no Brasil", destacou.

Kennedy Nunes falou em seguida. Aos pequenos bailarinos

que ocupavam as galerias do plenário e também as cadeiras que diariamente são destinadas aos parlamentares, disse que eles representam uma parte muito boa da cidade de Joinville. "Já fui bastante crítico da Escola do Teatro Bolshoi, que teve sua imagem manchada. Estou acreditando nesta nova fase".

Quem também lembrou da fase problemática da escola foi o deputado Nilson Gonçalves (PSDB). "Hoje é uma grande família, mas que tempos atrás sofreu horrores." O parlamentar

destacou o trabalho desenvolvido pelo presidente da Escola e por todos os colaboradores, que "trabalharam para que o Bolshoi voltasse a ser motivo de orgulho para Joinville, para o Brasil e para o mundo".

O secretário Gilmar Knaesel lamentou que nos últimos anos a Escola tenha perdido alguns patrocinadores nacionais, mas anunciou a apresentação de uma emenda que deverá ser incluída no Orçamento Estadual de 2008, para assegurar recursos permanentes ao Bolshoi. "Vamos aprová-la aqui", declarou, sob aplausos do público.

Valdir Steglich disse que a Escola investe na arte e na cultura como forma de conhecimento e como ferramenta de educação e de transformação. "Nosso comprometimento é com o presente e com o futuro desses jovens. Esta homenagem é a maior honra que nossa entidade poderia receber dos honrosos representantes do povo catarinense", declarou. O supervisor geral Pavel Kazarian, acompanhado de dois alunos, recebeu uma placa comemorativa. Em seguida, os alunos prestaram homenagem a Darci de Matos.

O momento mais esperado da noite foi a apresentação do espetáculo "Divertissement", com trechos de ballets como "O Quebra-Nozes" e "Don Quixote". Uma mostra de técnica e sensibilidade que encantou o público.

Comentários

No site da Escola do teatro Bolshoi no Brasil (www.escola-bolshoi.com.br), uma série de depoimentos de pessoas que têm na arte o seu ofício dá a dimensão e a importância da instituição para a dança brasileira.

Sempre imaginei que a literatura fosse a arte mais bela, mais prazerosa, mais perto do sublime. Acabo de descobrir, percorrendo o Bolshoi, que eu deveria ter feito dança para voar, ficar leve, poder subir as alturas, delirar. Hoje não danço nem boleros. Por que não dancei? Por que fui escrever? Quem sabe eu possa começar, afinal só tenho 70 anos. Quem vai me ensinar? O Bolshoi tem classes para a minha idade?

Ignácio de Loyola Brandão,
escritor

A visita a Escola do Teatro Bolshoi no Brasil, no Estado de Santa Catarina, me faz acreditar que é possível construir espaços de cultura e cidadania, priorizando a excelência da qualidade e o magnífico trabalho de inserção social, formação de platéia, enfim todos os ingredientes para o projeto de nação que precisamos construir. Obrigado!

Sérgio Mamberti,
secretário Nacional de Música e Artes Cênicas

Não tenho palavras para descrever o que vi e senti ao estar aqui.

Cláudia Mota,
primeira bailarina do Teatro Municipal do RJ

A Escola vai afastá-los de uma vida infeliz, vai tirá-los da promiscuidade, dos tóxicos, da indelicadeza, da dureza. Se você leva amor e fraternidade pra essa criança que está batalhando, vendo a família e o pai trabalhar com dificuldade e poder devolver essa alegria aos pais, é um bem que você pode fazer a criança primeiro, a família dessa criança, a cidade dessa família e ao país dessa cidade.

Zivaldo,
cartunista



Escola recebe hoje quase 300 meninos e meninas interessados na dança. Destes, 95% são mantidos integralmente com bolsas de estudos

INSTITUCIONAL

Entrevista/Deputado Silvio Dreveck (PP)

“O país e os estados investem pouco em ciência e tecnologia”

Dreveck preside uma das comissões mais abrangentes da Assembléia, que atua nas áreas de economia, ciência, tecnologia e minas e energia. Ele conta como trabalha: “Um assunto de cada vez”.

Denise Arruda Bortolon

AL Notícias – A comissão que o senhor preside talvez seja uma das mais abrangentes da Assembléia. Como lidar com tantos assuntos?

Silvio Dreveck - Um assunto de cada vez. No momento estamos tratando de economia, carga tributária. Em outra oportunidade vamos tratar de energia, ciência e tecnologia.

Priorizamos os assuntos contemplados em matérias oriundas do governo, da Assembléia, de interesse catarinense ou nacional que venham a ser debatidos através das entidades de classe e das federações.

AL Notícias - Quais têm sido os temas mais freqüentes analisados nesta instância?

Silvio Dreveck – O principal tema no momento é a carga

tributária elevada, por conta do debate em torno da Lei Geral da Microempresa. Percorremos o estado em audiências públicas, juntamente com o Sebrae, a Fampesc, o Sescon e com a subcomissão parlamentar. No decorrer destas audiências pudemos diagnosticar com mais profundidade os problemas que a lei trouxe. Entre as desvantagens está o aumento de impostos nos setores de transporte, gráfico e cristais, em média de 20%. Estamos tratando deste assunto com as entidades pertinentes para que o governo federal possa reduzir a carga. Também estamos discutindo a situação dos créditos de impostos no setor estadual. O setor moveleiro tem para receber do governo estadual R\$ 50 milhões em créditos para exportação. Por intermédio da comissão, participo da Frente Parlamentar, em Brasília, que discute a questão da exportação, pois os setores moveleiros, calçadista e têxtil catarinenses tiveram suas vendas externas reduzidas por vários fatores. Outro tema que estamos debatendo é o aumento da malha de gás natural, entre os municípios de Rio Negrinho e Porto União, bem como melhoria e implantação de energia elétrica no Planalto Norte que está defasada com relação ao resto do estado.

AL Notícias - O que muda para os empresários catarinenses com esta nova lei?

Silvio Dreveck – Ela retira um benefício que foi criado através do Simples catarinense. Quando os pequenos empresários comercializavam ou faziam transação com empresas de lucro real ou grandes empresas, as compradoras poderiam se creditar de ICMS. A nova lei não permite mais isso. Para Santa Catarina, os artigos 23 e 24 trouxeram prejuízo. Estamos tratando, junto ao governo do Estado, com a Secretaria da Fazenda e com os técnicos. Esperamos que o Executivo se manifeste para que não haja mais prejuízos nos negócios catarinenses e na geração de emprego e renda.

AL Notícias - Na área de Ciência e Tecnologia, os investimentos acompanham a necessidade de aprimoramento? Como chegar ao equilíbrio?

Silvio Dreveck – A comissão não tem poder para determinar o percentual de investimentos na ciência e na tecnologia, mas pode deliberar assuntos pertinentes a este tema, principalmente no orçamento global. Devo dizer, com muita sinceridade, não porque presido a comissão, mas por acreditar nisso, que no nosso país e os estados não investem o suficiente nestas áreas. O Brasil tem sido um

bom exemplo, assim como Santa Catarina, através de algumas empresas, como a Embrapa e a Epagri, que realizam pesquisas de excelente qualidade. Infelizmente, tanto os órgãos de governo, quanto as universidades federais e estaduais, não têm dinheiro suficiente para investir o tanto que o país merece. Não estou dizendo que os governos não fazem isso porque não querem. É uma questão de prioridade no orçamento. Eu diria que o nosso estado tem que investir mais em ciência e tecnologia para ter maiores avanços no desenvolvimento.

AL Notícias - Quando assumiu esta comissão, o senhor comentou sobre o desejo de promover a discussão sobre alternativas energéticas. Houve algum avanço neste sentido?

Silvio Dreveck – Algumas audiências já foram realizadas. Na verdade, ainda não chegou nenhum projeto específico ou algum investidor que tivesse relação com o governo de Santa Catarina. Há investimentos de energia no estado e há discussões, principalmente sobre o biodiesel. Alguns investidores estão desenvolvendo, só que informalmente, projetos para utilizar a gordura animal como biocombustível. Esses assuntos estão sendo debatidos e estudados.



Eduardo Guedes de Oliveira

Saiba mais

Nome: Silvio Dreveck

Idade: 54

Natural de: Campo Alegre/SC

Partido: Partido Progressista – PP

Regiões do Estado que representa: Planalto Norte

Atividade: Administrador de Empresas e Pós-Graduado em Marketing

Legislaturas: Vereador de São Bento do Sul entre os anos de 1989 e 1996 e Prefeito de São Bento entre 1997 e 2004. Foi eleito deputado estadual em 2006 com 42.551 votos

Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia e Minas e Energia

Presidente: Silvio Dreveck (PP)

Vice Presidente: Renato Hinnig (PMDB)

Membros: Ada De Luca (PMDB), Elizeu Mattos (PMDB), Marcos Vieira (PSDB), Pedro Uczai (PT), Professor Grando (PPS)

Chefe de Secretaria da Comissão: Maria Natel Schffer Lorenz

Reuniões: Quartas-feiras, às 18 horas

Email: comect@alesc.sc.gov.br

Telefone(s): 3221.2935

Localização: Térreo

Cabe à Comissão de Economia, Ciência e Tecnologia exercer a sua função legislativa e fiscalizadora sobre os seguintes temas:

I - política e sistemas de gestão e desenvolvimento, seus aspectos institucionais e legais;

II - desenvolvimento industrial e comercial;

III - políticas de pesquisa, ciência, tecnologia e inovação tecnológica;

IV - intercâmbio científico e tecnológico;

V - conscientização e mobilização da comunidade acadêmica, empresarial, científica e tecnológica para a execução e avaliação dos planos e programas estaduais de desenvolvimento científico,

tecnológico e de inovação tecnológica;

VI - zelo pela regionalização dos investimentos, cooperação inter-institucional e priorização em inovação tecnológica;

VII - exploração de recursos minerais e ambientais;

VIII - geração e distribuição de energia;

IX - alocação de recursos humanos e financeiros para as atividades produtivas;

X - estímulo à livre iniciativa e à livre concorrência, com repressão ao abuso do poder econômico;

XI - ordem econômica estadual, que assegure a todos uma existência digna;

XII - relações da empresa pública com o Estado e a sociedade, prevendo as formas e os meios para sua privatização.

INSTITUCIONAL



Fotos: Eduardo Guedes de Oliveira

A Cobrança vem mobilizando deputados estaduais e federais, preocupados com o elevado índice de majoração

Terrenos de marinha: taxa vai parar na Justiça

Diversos aspectos jurídicos foram levantados durante a audiência pública conjunta da Assembléia Legislativa e Câmara dos Deputados, representada pelo deputado federal Paulo Bornhausen (DEM), que discutiu o aumento, em alguns casos de até 1.300%, na taxa de ocupação dos terrenos de marinha. No evento, realizado no dia 3 e coordenado pelo deputado Cesar Souza Júnior (DEM), proprietários, advogados, membros da Comissão de Direito Mobiliário da OAB/SC e parlamentares criticaram o que em vários momentos foi definido como "uma verdadeira extorsão por parte da União". É grande a

controvérsia jurídica, motivada pela interpretação das leis que norteiam o assunto. Principalmente na emenda constitucional 46, que retirou a condição de ilhas oceânicas das ilhas de Santa Catarina (Florianópolis), Vitória (ES) e São Luiz (MA), o que impediria a cobrança da taxa nestas localidades.

Enquanto aguardam o julgamento da ação civil que pede a suspensão do aumento e de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), questionando a cobrança em ilhas que são sedes de municípios – caso de Florianópolis e São Francisco do Sul – Cesar Júnior sugeriu aos proprietários de terrenos de

marinha presentes no Plenarinho Paulo Stuart Wright, que, de forma individual ou coletiva, recorram judicialmente, criando uma mobilização social.

O presidente da Comissão de Assunto Mobiliário da OAB/SC, Leandro Ibagy, questionou os critérios usados pela Secretaria do Patrimônio da União para o aumento. Paulinho Bornhausen, que também assina as ações, informou que entrará com projeto de lei definindo um índice oficial para a atualização dos valores e que está coletando assinaturas para apresentação de emenda passando os terrenos de marinha para os municípios.

Lei autoriza governo federal a novas alienações

Autor da emenda nº 46, o ex-deputado Edison Andrino (PMDB) alertou os presentes na audiência para outro risco. É que a Lei Federal nº 9.631/98 autoriza o governo a alienar de novo os terrenos de marinha. Ele sugeriu aos proprietários que depositem em juízo os valores da taxa equivalentes ao ano anterior, evitando a inadimplência, e busquem o amparo da Justiça. Andrino comentou que, em 2006, essa taxa rendeu R\$ 194 milhões aos cofres da União.

O deputado João Henrique Blasi (PMDB) apontou a inexistência do processo preparatório para a cobrança, que se deu por decisão administrativa, além da inexistência da relação jurídica após a emenda 46. Ele contou que, junto com Cesar Souza Júnior, encaminhou moção ao Ministério Público Federal solicitando adoção de medidas judiciais que suspendam a cobrança de foro, taxa de ocupação e laudêmio dos imóveis considerados terrenos de marinha situados nas ilhas de Santa Catarina e de São Francisco. Blasi toma por base decisão da Justiça Federal do Espírito Santo que determinou à União se abster da cobrança de taxas aos proprietários de imóveis localizados na ilha onde está situada a capital, Vitória.

O deputado Edson Piriquito (PMDB) solicitou que se faça uma audiência pública sobre o assunto em Balneário Camboriú. "Temos que resolver isso politicamente e com apoio da comunidade". A ausência de representante da União foi criticada pelo deputado Darci de Matos (DEM). Ele comentou que Joinville tem cinco mil famílias proprietárias de terrenos de marinha e mais de mil ações ajuizadas tiveram os valores das taxas corrigidos.

O deputado Marcos Vieira (PSDB) registrou a ausência de parlamentares do PT. "São eles os prepostos primeiros do presidente da República nesta Casa e até agora foi o único partido a não se manifestar contrário a estas taxas". Em resposta, o líder da bancada do PT, deputado Pedro Baldissera, disse que os petistas não participaram da audiência por questão de agenda dos parlamentares e que, sobre o assunto, o Patrimônio da União argumenta que não houve aumento da taxa, mas atualização dos valores dos imóveis, defasados desde 2001. "Se houver distorções, esses casos precisam ser analisados com mais critério. É importante deixar claro que as famílias com renda de até cinco salários mínimos podem pedir a isenção dessa taxa."



Proprietários apresentaram carnês durante a audiência. Em alguns casos o reajuste foi de 1.300%



CONHEÇA O
LEGISLATIVO

COORDENADORIA DE TRANSPORTES

A Coordenadoria de Transportes, que é vinculada à Diretoria Administrativa e de Tecnologia, tem como função supervisionar e controlar o tráfego dos veículos que estão à disposição dos serviços da Assembléia Legislativa.

A coordenadoria conta com seis veículos e 20 funcionários, entre motoristas e coordenação, à disposição dos 40 parlamentares e demais setores da Casa.

Conforme o diretor Erádio Gonçalves, a coordenadoria faz o controle da frota e da liberação de combustíveis para os veículos, inclusive dos parlamentares. "Atendemos toda a parte administrativa da Casa. Todos os setores que necessitam de locomoção utilizam nossos serviços", disse.

Buscar e entregar materiais e transportar funcionários a serviço da Casa são responsabilidades do setor, organizado e implantado há mais de 40 anos.

A coordenadoria de Transportes ainda tem como função:

- Controlar os gastos com combustíveis e encaminhar relatório para a Coordenadoria do Orçamento Parlamentar;
- Supervisionar os serviços prestados pelos motoristas;
- Promover periodicamente cursos de capacitação e de manutenção de veículos, primeiros socorros, direção defensiva e relacionamento com o público.

Fonte: Coordenadoria de Transportes

A velha e a nova luta em defesa dos Direitos Humanos

Na Semana Estadual dos Direitos Humanos, voltou a ser debatida a criação de um conselho estadual para tratar do tema. Santa Catarina é hoje o único estado do país que não conta com este instrumento, situação que os deputados estão empenhados em alterar, trabalhando pela aprovação do Projeto de Lei nº 363/96

Andreza de Souza e
Rose Mary Paz Padilha

A Semana Estadual dos Direitos Humanos traz à tona a discussão de uma realidade, muitas vezes contraditória. Em que pese o fato de que os direitos são assegurados aos cidadãos por força de lei, ainda é flagrante o desrespeito em inúmeros casos.

Instituída pela Lei estadual nº 10.194/96, a Semana tem efeito sobre o universo escolar de ensino Fundamental e Médio, já que prevê o desenvolvimento de atividades sobre o tema. O que não impede que os direitos humanos sejam discutidos e defendidos de forma geral e global.

Como ocorreu na audiência pública realizada no dia 2 de julho, na Assembléia Legislativa,

para debater assuntos pertinentes aos direitos humanos e, especificamente, discutir a criação do Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH). Santa Catarina é o único estado da Federação que ainda não tem o conselho, considerado por todos os participantes da audiência como um instrumento de discussão, construção, promoção e defesa dos direitos dos cidadãos.

O debate girou em torno do objetivo do CEDH, que é de promover estudos para aperfeiçoar a defesa e a promoção dos direitos humanos impedindo que estes sejam violados. Segundo o requerente da audiência, presidente da Comissão Estadual de Direitos Humanos da Organização dos Advogados do Brasil (OAB/SC), Dórian Esteves

Ribas Marinho, a discussão com a sociedade civil sobre a criação do CEDH está esgotada. A luta, agora, é pela implementação por parte do Executivo do Projeto de Lei nº 363/96, de autoria do então deputado estadual Carlito Merss (PT), que propõe a criação do Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH), aprovado em novembro de 2003, mas nunca efetivado por vetos governamentais. "Temos a pretensão de que o texto possa ser encaminhado ao governo estadual, já que cabe exclusivamente a ele a implantação ou não do conselho, pela conseqüente geração de despesas estruturais e funcionais. O conselho será paritário, público e o mais aberto possível, na tentativa de defender o direito de todos, simultaneamente", afirmou Dórian Marinho.



Durante encontro que tratou da instalação do CEDH, Ada De Luca lamentou o atraso de 10 anos para a criação do órgão: "Faltaram vontade política e engajamento da sociedade".

Comissão provisória poderá ser formada para avaliar a matéria

"O que tem faltado ao longo desses 10 anos é vontade política e engajamento da sociedade. Não é possível que só o nosso Estado não tenha um conselho, um instrumento tão importante de discussão, construção e promoção na defesa dos direitos humanos. Eu, à frente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Família e à Mulher, vou me dedicar pessoalmente para a criação do Conselho Estadual de Direitos Humanos", frisou a deputada Ada De Luca (PMDB), presidente da comissão.

Em nome da Secretaria de Estado da Educação, representando o secretário Paulo Bauer, a diretora de Apoio ao Estudante, Rogéria Rebelo Diogolli, assumiu que há uma falha curricular e observou que os alunos de ensino Fundamental e Médio não recebem orientações pontuais sobre o assunto, ou seja, em uma disciplina específica. Ela explicou que orientações de prevenção sobre direitos humanos são proporcionadas em atividades diárias. No entanto, Rogéria não descartou um trabalho mais envolvente nas unidades escolares,

como a produção de material educativo.

Itamar Bressan Boneli, representando o secretário de Justiça e Cidadania de Estado, Justiniano de Almeida Pedrosa, reforçou a importância da discussão e deu algumas sugestões, como a criação de estruturas regionais e municipais que viabilizem o funcionamento do conselho, assim como a criação de uma comissão provisória para analisar o texto e fazer o seu devido encaminhamento. "Precisamos de estruturas para a promoção dos direitos de todos", observou.



Exército brasileiro está no Haiti desde 2004. Além de garantir a segurança da população nas ruas de Porto Príncipe, também atua em áreas como educação



No pós-guerra, regras para proteger a humanidade

O primeiro documento a estabelecer internacionalmente os direitos inerentes a todos os homens e mulheres, independente da situação particular de cada um, foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada no dia 10 de dezembro de 1948 em Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Naquele momento, ainda eram muito fortes as lembranças das atrocidades cometidas durante a Segunda Guerra Mundial e os líderes dos países entenderam ser conveniente formular uma espécie de regra para a humanidade, um ideal comum a ser perseguido por cada habitante do planeta.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos mantém-se absolutamente atual apesar dos seus quase 60 anos. Em 30 artigos e inúmeros itens, fala de igualdade, dignidade, fraternidade, raça, religião, política, liberdade, segurança, escravidão, justiça, nacionalidade, matrimônio, exílio, propriedade, trabalho, organização sindical, sufrágio universal, educação, saúde e muitos outros temas. Ao final do texto de introdução, conclama: "O objetivo é que cada indivíduo e cada órgão da

sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos".

Complementando a declaração universal, existem dois pactos internacionais: o Pacto de Direitos Civis e Políticos e o Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, conferindo aos direitos estabelecidos na declaração a força de obrigação jurídica que os respectivos estados-partes se comprometem a implementar. Tais pactos foram aderidos pelo Brasil, que tem os direitos humanos regidos pela Constituição Federal, onde se prevêem os direitos de todos os cidadãos, quando assegura que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade".

A luta pela consolidação dos direitos humanos e a sua não viola-

ção, é objeto de discussão ao longo do século, já que não basta apenas ensinar, é preciso lutar pela sua efetividade, e acima de tudo, trabalhar pela criação de uma cultura prática desses direitos. Ainda que não seja possível que de um dia para o outro se eliminem as injustiças e a violência, as pessoas engajadas na defesa de um Estado de direito defendem que o caminho é avançar na luta pelos direitos, e no exercício da solidariedade, tarefa dos cidadãos e dos governos democráticos na construção de um mundo mais humano, na conquista da justiça e da liberdade.

Um bom exemplo deste empenho está sendo dado pelo Brasil. Desde maio de 2004 o Exército Brasileiro lidera uma Missão de Paz no Haiti, determinada pela ONU. Conflitos internos mergulharam o país num longo período de crises e guerrilhas. Para conter a situação e garantir condições para eleições democráticas, centenas de soldados e oficiais brasileiros permanecem naquele país, realizando tarefas que vão desde a manutenção da segurança, até ações nas áreas de educação e saúde.

Ditadura: período difícil de esquecer

Tido como o período que mais desrespeitou os direitos humanos no país, os anos de ditadura, entre 1964 e 1985, deixaram marcas profundas na memória dos brasileiros. Estima-se que entre mortos e desaparecidos foram mais de 700 vítimas – dez desse total são catarinenses. Um dos nomes mais conhecidos, cujo corpo nunca foi localizado, é do ex-deputado estadual Paulo Stuart Wright.

Os que sofreram as atrocidades cometidas naquele período e conseguiram sobreviver carregam suas marcas. Muitos hoje estão empenhados na luta permanente de buscar os corpos de desaparecidos e, na primeira semana de julho, comemoraram uma conquista. Uma decisão do Supremo Tribunal Federal determinou que o governo Federal abra os arquivos do Araguaia. Estima-se que estão desaparecidos 63 corpos de civis envolvidos na

Guerrilha do Araguaia. "Essa decisão permitirá acesso a documentos para sabermos onde, quando, como e quem matou nossos companheiros", declarou Derlei de Luca, coordenadora da ONG Tortura Nunca Mais.

Ela foi uma das vítimas da ditadura e hoje trabalha em conjunto com outras ONGs desse mesmo tema existentes no país, sob duas frentes: a formação da memória histórica - divulgando o que foi o período da ditadura, com palestras em escolas e universidades - e na busca de desaparecidos. Em Santa Catarina, o empenho da ONG é para localizar os corpos de Paulo Stuart Wright (natural de Joaçaba) e dos criciunenses João Batista Rita e Divo D'Oliveira. "Já encontramos os corpos de vários dos nossos companheiros. A ossada de Arno Preis, nascido em Forquilha, foi encontrada em Paraíso do Norte (Tocantins) em 1994 e recebeu honrarias aqui na Assembléia Legislativa, onde o caixão com seus restos mortais foi velado durante toda uma noite no Plenário", declarou Derlei, com emoção.

Essa catarinense, que foi presa, condenada e impedida de trabalhar, entende que direitos humanos significam direito à vida, à honra, à dignidade. "Apesar das marcas profundas e das seqüelas, os que conseguiram sobreviver aos horrores da ditadura podem se recuperar. Mas e o morto, o desaparecido? Para esses, o mínimo a se fazer é buscar onde estão. Não por vingança, mas por uma questão de registro histórico."



Derlei defende o direito à vida

Escola como espaço de transformação

Outro Projeto de Lei que tramita na Assembléia Legislativa e que trata do assunto direitos humanos, é o de nº 239/07, de autoria da deputada Odete de Jesus (PRB). A proposta é tornar obrigatórios, no ensino Médio da rede pública estadual, conteúdos sobre direitos humanos. O projeto também dispõe sobre a divulgação e a explicação dos pontos essenciais da Declaração Universal dos Direitos Humanos. "Infelizmente, o Brasil está entre os países que mais violam os direitos humanos", declarou a parlamentar. Ela incluiu no

comentário o desrespeito aos direitos garantidos por lei como os que estão no Código de Defesa do Consumidor, o Estatuto dos Idosos, dentre outros violados freqüentemente no país.

Conforme Odete, a abordagem sobre direitos humanos nas escolas é uma oportunidade de ensinar a igualdade aos alunos, para que eles cresçam com consciência da importância de cada um na sociedade. "As escolas devem fomentar o crescimento dos alunos de forma completa e voltada para uma sociedade justa e solidária."

Histórico da luta pelo CEDH

1996 - criado o Projeto de Lei nº 363 pelo então deputado Carlito Merss;

1998 - aprovado pela Assembléia Legislativa e publicado no Diário Oficial. Três dias mais tarde, recebe veto total do Executivo, por vício de origem;

Junho/1999 - apesar do veto, foi realizada a eleição e a posse dos membros do conselho, seguida do ato de nomeação;

Dezembro/1999 - o Executivo entra com Ação

Direta de Inconstitucionalidade (ADI), a qual foi julgada procedente, tendo como justificativa também o vício de origem;

Novembro/2003 - a Comissão de Direitos Humanos tenta reativar o projeto em conjunto com várias entidades na elaboração de um novo texto, versão válida até hoje;

Julho/2007 - realizada audiência pública na Assembléia Legislativa, oportunidade em que se voltou a discutir a criação do CEDH.

COMISSÕES

TJ requer mais 10 desembargadores

Necessidade foi exposta durante audiência pública que reuniu deputados, magistrados, OAB e servidores na Assembléia



Presidente do TJ, desembargador Pedro Manoel Abreu, falou sobre a desproporção entre demanda e julgamentos

Justiça catarinense pode ter subseções e regiões

O presidente do TJ abriu o encontro com uma explanação sobre o *Plano de Ação Estratégica: por uma justiça democrática e cidadã*, que busca a humanização da Justiça.

Entre as propostas que fazem parte do plano estratégico apresentado pelo Judiciário estão a divisão judiciária de Santa Catarina em subseções e regiões, para a desconcentração e a descentralização das atividades; a criação de função

gratificada a servidor efetivo, para apoio e assessoramento aos magistrados de Primeiro e Segundo Grau, com reposição de vagas à origem; e instalação de novas unidades judiciárias no Primeiro Grau de Jurisdição, com preponderância da unificação dos serviços auxiliares para atendimento a diversos Juízos.

Também os demais setores representados na audiência foram

favoráveis à proposta, sendo que o sindicato defendeu a contratação de servidores do Judiciário através de concurso público, em substituição aos comissionados, terceirizados e bolsistas.

Logo após a audiência pública houve uma reunião conjunta das comissões, durante a qual foi aprovada, por unanimidade, a admissibilidade do Projeto de Lei Complementar nº 27/07.

Em audiência pública realizada no dia 3, no Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright, da Assembléia Legislativa, foi discutido o Projeto de Lei Complementar 27/07, do Tribunal de Justiça, que amplia de 40 para 50 o número de desembargadores daquele Poder. A audiência foi promovida pelas comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e Trabalho e Serviço Público.

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Pedro Manoel Abreu, justificou a necessidade de ampliar o número de magistrados do TJ para atender a demanda. "Verifica-se uma desproporção entre a demanda e o número de julgamentos, representada pela média percentual de 49,9% de processos represados no ano de 2006", afirmou.

Ainda justificando a medida, completou: "É importante destacar a elevação dessa taxa de congestionamento, já que em 2005 o percentual foi de 48,77%". Por unanimidade, os parlamentares presentes à audiência pública foram favoráveis à criação dos dez novos cargos de desembargadores para o Tribunal de Justiça.

Sobre processos no Primeiro Grau de Jurisdição, o presidente do TJ informou que tramitam em Santa Catarina cerca de 1,8 mi-

lhão – a maior parte, 1,2 milhão, referente a execuções fiscais, onde 600 mil desses têm valor inferior a um salário mínimo.

Cliente

"Nota-se que um dos grandes clientes do Poder Judiciário é justamente o Estado, o qual, por força de Lei, não custeia o processo", declarou Abreu. Santa Catarina é o estado da região Sul com o menor número de desembargadores.

Além dos deputados Romildo Titon (PMDB), presidente da CCJ, Gelson Merísio (DEM), vice-presidente da Comissão de Finanças, e Onofre Agostini (DEM), que preside a Comissão de Trabalho, e do presidente do TJ, acompanharam os debates os deputados Joares Ponticelli (PP), Odete de Jesus (PRB), Narcizo Parisotto (PTB), Cesar Souza Júnior (DEM), Sargento Soares (PDT), Marcos Vieira e José Natal Pereira (PSDB), Renato Hinnig, João Henrique Blasi e Manoel Mota, do PMDB, Pedro Uczai e Pedro Baldissera, do PT, e Professor Sérgio Grando (PPS).

Também participaram representantes da Associação dos Magistrados de Santa Catarina, da OAB, da Procuradoria Geral de Justiça e do Sindicato dos Servidores do Judiciário de Santa Catarina.

Organizações ligadas à pesquisa pedem repasse de verbas

Entidades voltadas à pesquisa científica e tecnológica estiveram na Assembléia Legislativa para participar da audiência pública sobre contingenciamento do repasse do recurso financeiro, de 2%, para as áreas, referentes ao Artigo 193 da Constituição Estadual. O evento aconteceu no dia 5, no auditório Antonieta de Barros, como atividade da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia e Minas e Energia, presidida pelo deputado Silvio Dreveck (PP), atendendo a proposição do deputado Pedro Uczai (PT).

Antes de passar a presidência dos trabalhos ao proponente, Dreveck parabenizou as entidades de pesquisa pelos relevantes serviços prestados pelas entidades, entre elas a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (Epagri), o Fundo de Apoio à Pesquisa Agropecuária e a Extensão Rural (Faper) e a Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado

de Santa Catarina (Fapesc). E acrescentou: "O que se investe em pesquisa é muito pouco pelo resultado alcançado".

Ao assumir os trabalhos, Uczai frisou que a audiência foi requerida para ouvir as entidades. "O nosso papel é trazer os setores que são os protagonistas das pesquisas".

O presidente do Fórum de Pró-reitores de Pesquisa e Pós-Graduação de Santa Catarina, Petter Johhan Bürger, informou que o fórum representa 13 universidades e quatro centros universitários do estado. "Estou aqui para trazer a preocupação dos pesquisadores e professores ligados aos cursos de mestrado e doutorado", explicou.

A cobrança para que a Constituição Estadual seja cumprida foi feita pelo representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SC), Sebastião Tavares Pereira. "Infelizmente, moramos em um país onde descumprir as leis é regra. Queremos que a Constituição seja

cumprida e a OAB se incorpora nesta luta."

Já o Pró-Reitor de Pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Jorge Mário Campagollo, enfatizou que investir em pesquisa é investir no futuro. Ele frisou que sem aplicar recursos em pesquisa, é impossível competir, gerar novos empregos.

Encaminhamentos

Segundo Pedro Uczai, muito deve ser feito. Ele salientou a importância da Assembléia Legislativa garantir o cumprimento do artigo 193 nos recursos destinados para a área na LDO, no Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual.

Um documento também será enviado ao governo federal solicitando o aumento dos investimentos no estudo para ciência e tecnologia. Também foi definida a manutenção dos recursos destinados à pesquisa do artigo 171.



Pesquisadores pediram que se cumpra o Artigo 193 da Constituição Estadual

COMISSÕES

Direitos e Garantias Fundamentais define realização de audiências públicas

Reconhecimento de quilombos, demarcação de terras indígenas e atuação da PM serão os principais temas

A Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais se reuniu no dia 4 sob a presidência do deputado Pedro Uczai (PT). Durante o encontro, os deputados participantes confirmaram a realização de audiência pública no próximo dia 9 para debater questões relacionadas ao reconhecimento das áreas pertencentes aos descendentes dos Quilombos, a demarcação de terras indígenas e o conflito gerado com os agricultores em função da indenização ou reassentamento dos agricultores em ambos os casos.

Em Santa Catarina, o Ministério da Justiça já publicou portarias que

produzem efeitos de demarcação em quatro áreas de terras no Oeste catarinense: Toldo do Pinhal, Xapencó, Imbu e Araçai. Além destas, existem outras áreas em discussão.

Foi aprovada também a realização de audiência pública, em data a ser definida, para debater e deliberar os atos praticados pela Polícia Militar durante manifestação promovida no último dia 15, quando, de acordo com Pedro Uczai, proponente do evento, foi verificado abuso de autoridade e uso de força física de maneira desproporcional para reprimir manifestantes no Centro de Florianópolis. De acordo

com o requerimento apresentado, também houve ameaças à vida dos dirigentes sindicais, situação denunciada na Câmara de Vereadores da Capital em 19 de junho e no plenário da Assembléia Legislativa no dia 26 pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Florianópolis (Sintrasm), Charles Pires.

Uczai salientou que a atuação da PM, registrada em vídeo, revela inúmeras agressões físicas aos manifestantes e o desrespeito claro aos direitos humanos. "Não concordamos com a violência de nenhum dos lados" disse.



Jonas Lemos Campos

Odete, Uczai, Venzon, Mattos e Nunes agendaram novos debates



Solon Soares

Um dos projetos analisados propõe benefício para doadores de sangue

Número de projetos que denominam municípios preocupa deputados

Foi aprovada na Comissão de Economia, Ciência e Tecnologia, presidida pelo deputado Silvio Dreveck (PP), o Projeto de Lei n.º 27/07, de autoria do deputado Narcizo Parisotto (PTB), que denomina Chapecó a Capital Catarinense dos Eventos de Negócios. Conforme o relator do projeto, deputado Elizeu Mattos (PMDB), o município de Chapecó não tinha nenhuma outra denominação e é merecedor do título.

Já o deputado Pedro Uczai (PT) afirmou que, apesar de aprovar a matéria, vai realizar um estudo mais aprofundado em relação a essa inundação de caracteri-

zações municipais. "Em estudos preliminares, descobri que 98 municípios têm algum tipo de denominação. Temos que tomar cuidado com isso. É preciso ver o quanto isso contribuiu para cada município", disse. O parlamentar ainda afirmou que os estudos são necessários para evitar situações constrangedoras.

Elizeu concordou com o petista e disse que é preciso que se criem critérios para fazer esse tipo de escolha, inclusive ouvindo a população. "Há uma preocupação muito grande em relação a isso. É uma medida bem-vinda porque não é só esse o nosso papel", disse.

Finanças aprova diversas matérias

Matérias que abrangem diversos setores foram aprovadas na manhã do dia 4 na Comissão de Finanças e Tributação, presidida pelo deputado Jorginho Mello (PSDB). Entre elas, a solicitação do governo do Estado para a prorrogação, até dia 31 de julho, de contratos por prazo determinado de servidores que atuam na Secretaria da Saúde, assim como a proposição da deputada Ada De Luca (PMDB), que pretende instituir a meia entrada para os doadores de sangue em eventos culturais, esportivos e de lazer, realizados em locais públicos.

Outra proposta aprovada é de autoria do deputado Nilson Gonçalves (PSDB), que torna obrigatório aos fornecedores de serviços e produtos que atuam em Santa Catarina a disponibilização ao público de exemplar atualizado do Código de Defesa do Consumidor. Também do deputado Nilson Gonçalves foi aprovada o projeto que cria o selo Empresa Cidadã, a ser concedido às companhias privadas que instituírem e comprovarem melhoria na qualidade de vida e de trabalho em seus balanços sociais.

Ao Executivo foi autorizada a abertura de crédito suplementar em favor da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (Cohab-SC), no valor de R\$ 3,072 milhões. O deputado Jorginho Mello solicitou ao Tribunal de Justiça que providencie, conforme requer a Lei de Responsabilidade Fiscal, a declaração do ordenador de despesas de que o orçamento da Cohab está adequado a prover a gratificação paga aos servidores no tocante a serviços prestados além do expediente normal de trabalho, correspondente a valor mensal fixado.

Turismo terá nova subcomissão

Os membros da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, presidida pelo deputado Décio Góes (PT), atenderam a solicitação do deputado Edson Piriquito (PMDB) na reunião que aconteceu no final de junho. O parlamentar propôs a criação de uma subcomissão para acompanhar o projeto da construção de um centro de eventos no Parque da Santur, em Balneário Camboriú. Piriquito será o presidente da subcomissão, formada ainda pelos deputados Cesar Souza Júnior (DEM) e Professor Sérgio Grando (PPS). Conforme o regimento interno da Assembléia, os trabalhos poderão ser feitos em 60 dias, prorrogáveis pelo mesmo período, se necessário.

De acordo com o deputado

proponente, matérias veiculadas nos meios de comunicação da cidade indicaram que o Zoológico do Parque Ciro Gevaerd, do Complexo da Santur, poderá perder até 50% de sua área. "Somos totalmente favoráveis à construção do Centro de Eventos e Convenções. Mas não podemos permitir que o zoológico seja afetado. Se a comissão não tivesse realizado uma visita *in loco* para a manutenção do parque, os animais seriam removidos para Pomerode. Vencemos a luta e agora não podemos abandonar".

Ao finalizar o seu pronunciamento, ele fundamentou a importância do centro de eventos. "Será um divisor de águas no desenvolvimento econômico de Balneário Camboriú e da Costa Esmeralda."

Finanças apresenta LDO no dia 10

Depois de nove audiências públicas do Orçamento Regionalizado (OR) com o objetivo de definir prioridades para cada regional, o parecer final da Lei de Diretrizes Orçamentárias será apresentado na Comissão de Finanças no próximo dia 10 de julho. A LDO recebeu 180 emendas oriundas de parlamentares e das prioridades elencadas nas audiências do OR.

Após a discussão do parecer final, a LDO será enviada para discussão e votação em Plenário nos dias 11 e 12. Depois de aprovada, a matéria será encaminhada ao Executivo. Os municípios debateram e escolheram doze prioridades para o Plano Plurianual (2008-2011), sendo que três delas farão parte da LDO 2008.

Piriquito quer cumprimento da MP que regulamenta camelôs

A Medida Provisória (MP) que visa regulamentar o comércio fronteiriço do Paraguai com o Brasil, a fim de permitir a implementação de medidas de racionalização e facilitação do comércio bilateral, foi co-

mentada pelo deputado Edson Piriquito (PMDB).

Segundo ele, depois de tanto o governo federal perseguir os camelôs algo de bom será feito. "No país inteiro existe uma força-tarefa que está retirando esses trabalhadores da rua. Não estou defendendo a pirataria, nem o contrabando. Mas os camelôs já são um fato cultural no país", defendeu.

Dignidade

Piriquito ainda disse que este é um trabalho digno e não um complicador da administração. "Eles não estão roubando e muito menos colocando uma arma na cabeça das pessoas, obrigando-as a comprar algu-

ma coisa. São pais de família querendo garantir o sustento de seus filhos".

A MP atua principalmente no que se refere à simplificação de procedimentos de controle aduaneiro e de tributação e tem como objetivo incrementar e fomentar o crescimento do fluxo bilateral de comércio. Esse regime de Tributação Unificada permitirá a importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai, constantes de lista estabelecida pelo Poder Executivo, por sociedades empresariais ou empresários brasileiros, mediante despacho aduaneiro simplificado realizado em recinto especial, com unificação do recolhimento de tributos incidentes sobre a importação.



Piriquito: pais de família

Ana Paula destaca importância do respeito à mulher

A deputada Ana Paula Lima (PT) saiu em defesa das mulheres ao relatar sua presença no último dia 28, em Itapema, no lançamento da revista da Federação das Trabalhadoras das Indústrias de Santa Catarina, intitulada *Desperta Mulher*. De acordo com a parlamentar, por representarem muitas vezes a maioria em diversos setores da sociedade, as mulheres merecem respeito.

Para justificar sua fala, a deputada fez menção ao caso ocor-

rido no dia 30, quando uma doméstica foi espancada e roubada em um ponto de ônibus no Rio de Janeiro por cinco estudantes universitários que justificaram a agressão por confundir-na com uma prostituta.

Para Ana Paula, o que se verifica nesse caso é uma total ausência de valores morais. Ela defendeu que os jovens devem ser julgados com o mesmo rigor aplicado aos jovens da periferia, sem privilégios por sua condição favorável. "Mas eles foram libertados após

os seus pais pagarem fiança."



Ana Paula: desigualdade

Apoio ao Parlamento

Preocupado com uma possível paralisação dos fiscais agropecuários federais, o deputado Herneus de Nadal (PMDB) apresentou uma moção pedindo atenção da União para este problema. Ele pediu o apoio dos parlamentares para que a iniciativa seja do conjunto dos integrantes da Assembléia Legislativa.

De acordo com Herneus, a paralisação da categoria por 11 dias trouxe grandes prejuízos para o Estado, pois, já que não houve fiscalização, ficaram congestionados os portos e aeroportos que operam em atividades de importação e exportação. Ele frisou que os fiscais ainda estão em estado de greve e negociam com o governo federal um prazo de 20 dias para discutir uma pauta reivindicatória.

Porto de Imbituba

Maior atenção para a questão portuária, em especial ao porto de Imbituba, foi solicitado pelo deputado professor Sérgio Grandó (PPS) em plenário. Ele convidou os demais deputados para participarem, neste dia 6, de reunião na Câmara de Vereadores do município, quando será feita a primeira discussão sobre a revitalização dos portos catarinenses.

"Imbituba tem enorme importância no transporte de matéria-prima. A concessão para o porto vence em 2012 e isso precisa ser debatido", disse Grandó. Segundo o deputado, o porto pode receber navios de grande calado, acima de 10 metros. Já o de Itajaí é o maior do Brasil no transporte de contêineres.

Cassação em Florianópolis

O deputado Joares Ponticelli (PP) destacou a cassação dos mandatos dos vereadores Juarez Silveira (sem partido) e Marcílio Ávila (PMDB) que ocorreu no dia 3, na sessão da Câmara dos Vereadores de Florianópolis.

Os dois vereadores foram acusados de envolvimento em esquema de tráfico de influências e venda de licenças ambientais, caso investigado pela *Operação Moeda Verde*.

De acordo com Ponticelli, o Conselho deu um belo exemplo ao Senado Federal, "tendo em vista que em Brasília existe um senador (o presidente, Renan Calheiros - PMDB) sangrando por não aceitar se afastar do cargo para que denúncias contra ele possam ser apuradas".

Mudanças nas SDRs de Itajaí e Blumenau

Aprovado

Os parlamentares aprovaram no dia 3, o Projeto de Conversão em Lei da Medida Provisória 134/07, que transferem Ilhota e Luiz Alves da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) de Itajaí para a SDR de Blumenau. Na justificativa da proposição, o Executivo explica que a solicitação é um anseio dos prefeitos locais pelas afinidades culturais, sociais e econômicas dos dois municípios com a região de Blumenau. Entre os argumentos, os técnicos do governo estadual atestam que a produção têxtil em Ilhota,

assim como a forte imigração de origem alemã, demonstram que a cidade mantém um total afastamento em relação aos interesses da indústria de logística e portuária encontrada em Itajaí.

Quanto a Luiz Alves, afirmam que a produção agrícola do município tem afinidades com as atividades do setor primário de Pomerode e Gaspar. Outro aspecto lembrado é de que serviços das polícias Civil e Militar, da Celesc e da Polícia Rodoviária sediados em Blumenau atendem a população de Ilhota e Luiz Alves.

ICMS Ecológico gera debate em plenário

Em pronunciamento no Plenário, o deputado João Henrique Blasi (PMDB) falou sobre o ICMS Ecológico. De acordo com o parlamentar, a proposta é criar uma nova distribuição do bolo do ICMS, determinando quanto cada município vai ganhar ou perder. "Não podemos avançar sobre a questão sem ver a posição da Fecam. Estamos tratando de uma nova redistribuição do tributo onde os municípios terão ganhos e perdas", frisou.

Na visão do deputado professor Sérgio Grandó (PPS), o ICMS Ecoló-

gico já é adotado em 15 estados. "Temos que tratar com calma essa situação, pois não é mais um imposto e sim uma proposição com relação à distribuição do tributo", lembrou.

Já para o deputado Renato Hinig (PMDB) é necessário que haja um amplo debate e criatividade para fazer o mecanismo proposto funcionar. "Através de alternativas buscamos encontrar uma solução. A taxa de compensação ambiental pode ser um dos recursos", destacou.

Comunidade Evangélica

Os 120 anos de fundação da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana no município de São Bento do Sul foram mencionados pelo deputado Silvio Dreveck (PP), que considera de extrema importância para o Estado o trabalho desenvolvido pela instituição nas áreas de educação, religião e cultura.

A comunidade evangélica foi fundada em 12 de junho de 1887. Desde esse período vem buscando aprimorar suas atividades, que nos dias atuais se estendem ao ensino do primeiro grau, com casas de berçário, jardim de infância, pré-escola e ensino fundamental, que deram origem à Escola de Tempo Integral Friederik Froebel, atualmente com cerca de 250 alunos.

Projeto "Câmara Mirim"

Ao passar um vídeo sobre o projeto que coordenou enquanto era presidente da Câmara dos Vereadores de Joinville, em 2003, intitulado "Câmara Mirim", o deputado Darci de Matos (DEM) ressaltou a importância do programa para a criação do conceito de cidadania desde a mais tenra idade.

O projeto tem como objetivo integrar aluno, escola e Poder Legislativo. Para participar do Parlamento Mirim, o estudante deve ter entre 10 e 14 anos, ser morador de Joinville e estar regularmente matriculado numa escola entre a 4ª e 8ª séries. O mandato de um vereador mirim de Joinville tem a duração de um ano e as eleições ocorrem a cada dois anos, coordenadas pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.

PLENÁRIO

Dagomar Carneiro propõe criação do Fundo Social para a Saúde

O Fundo Social está mudando a história da cultura, do esporte, do turismo e também das APAEs de Santa Catarina, disse em plenário o deputado Dagomar Carneiro (PDT). Conforme salientou, os recursos do Fundo Social, captados diretamente do ICMS das empresas, têm contribuído para o crescimento e o desenvolvimento dos vários segmentos do esporte e da cultura.

“No início foi meio desacreditado, mas com o passar do tempo, os resultados começaram a aparecer em cada cidade, em cada região, e foram tão positivos que estou propondo a criação do Fundo Social para a Saúde”, disse Dagomar.

Cirurgião dentista de formação, o deputado conta que começou sua vida pública como secretário municipal da Saúde de Brusque. Conhecendo os problemas que atingem o setor, as dificuldades por que passa a rede hospitalar pública, filantrópica e conveniada com o SUS em todo o país, Dagomar considera que a criação do fundo é uma maneira de auxiliar na melhoria da saúde da população em todo o estado.

“Não podemos pedir mais verbas para a saúde em Brasília e clamar pela divisão da CPMF entre estados e municípios, mas podemos ter um Fundo Social

da Saúde, que iria representar um avanço na qualidade dos serviços”, concluiu.



Dagomar: mais qualidade

Kennedy reclama da falta de segurança em Joinville

O grande número de assaltos que vêm acontecendo no comércio de Joinville foi um dos assuntos do líder do PP, deputado Kennedy Nunes, durante a sessão ordinária do dia 3. De acordo com ele, 70 lojas foram assaltadas nos últimos dias.

O parlamentar ilustrou o pavor dos comerciantes que procuram a Polícia Militar sem encontrar solução. “Sempre que um lojista procura a polícia recebe a orientação para a instalação de uma câmara de vigilância em seu estabelecimento, porque, pelo menos, eles poderão saber quem cometeu o crime.”

Outro problema apontado foi a falta de recursos da Polícia Civil.

Segundo ele, para fazer um exame de digital, o material tem de ser enviado de Joinville para Florianópolis. Kennedy também apontou falhas no trabalho de perícia.



Kennedy: comerciantes apavorados

Goulart salienta trabalho da Cidasc

O reconhecimento ao trabalho dos funcionários da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc) foi salientado pelo deputado Genésio Goulart (PMDB) na sessão do dia 5. “Graças ao trabalho incansável dos funcionários da companhia, muitas obras foram realizadas de 2003 a 2006 na minha região, a Amurel”, enfatizou. Segundo o deputado, foram 305 obras realizadas e 3.970 famílias de agricultores e pescadores beneficiadas. Entre as realizações estão a construção de açudes, abertura de estradas, canais de drenagem, terraplanagens, poços artesianos, desassoreamento de rios e lagoas. Outro destaque para

a Cidasc é o trabalho que realizou para que Santa Catarina conquistasse o certificado de Área Livre da Febre Aftosa sem Vacinação.



Genésio: ação na Amurel

Natal prioriza ensino superior no estado

Com o propósito de priorizar o ensino superior catarinense, o deputado José Natal Pereira (PSDB) informou que subscreveu, no dia 3, um substitutivo global ao PLC nº 17/07, de autoria do deputado Darci de Matos (DEM), propondo que 2% do montante sem destinação seja dirigido às universidades municipais. De acordo com Natal, a iniciativa visa promover uma oportunidade para que o aluno carente possa ter acesso ao curso superior. “Essa arrecadação de 2% vai servir de apoio para as entidades municipais reconhecidas pelo Ministério de Educação e Cultura”, comentou.

O parlamentar informou que, em se tratando de instituição de ensino público, o valor quantitativo equivalente às bolsas será disponibilizado em espécie para serem utilizados exclusivamente em melhorias e no desenvolvimento da qualidade das instituições. “A educação é uma das principais carências e a mais justa das cobranças da sociedade, por isso vou buscar incentivar a sociedade a cursar o terceiro grau”, acrescentou.



Natal: sociedade cobra

[GABINETES]

CONFERÊNCIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR

O deputado Dirceu Dresch (PT) representando a Assembleia Legislativa, participou nesta terça-feira (3) da abertura da 3ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar. Na ocasião, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez o anúncio da Agenda Social, com investimentos e ações que visam melhorar e ampliar as políticas sociais do governo. O evento acontece em Recife (PE).

Durante a 3ª Conferência Estadual, preparatória à Conferência Nacional, realizada em Joinville no mês de abril, Dresch defendeu a qualidade dos alimentos destinados às ações de combate à fome e que o Estado crie políticas de incentivo à produção de alimentos livres de agrotóxicos. (Edson Junkes, assessor do deputado Dirceu Dresch)

RECURSOS PARA SANTA CATARINA

Os Aeroportos de Curitiba e de Correia Pinto e os Bombeiros Militares de Santa Catarina foram defendidos pelo deputado Onofre Agostini (DEM), no dia 4, em Brasília. Juntamente com o senador Raimundo Colombo, o parlamentar esteve em audiência com o presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), Milton Sérgio Zuanazzi, e com o Tenente Brigadeiro do Ar, Juniti Saito. Em pauta, três importantes reivindicações para o estado e para a região serrana de Santa Catarina.

Para o Aeroporto de Curitiba, Agostini solicita a instalação do balizamento noturno e do terminal de passageiros, além da conclusão das obras do Aeroporto de Correia Pinto, que tem 85% dos trabalhos já executados. O terceiro pleito foi em favor do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina que, com seus 80 anos de existência, vem passando dificuldades em relação à sua frota. Neste sentido, Onofre solicita a doação de veículos para a corporação. (Jucimar José Lazare, assessor do deputado Onofre Agostini)

COMPRA DE VAGAS EM UNIVERSIDADES

A diretora de Ensino Superior da Educação, professora Mariléia Gastaldi, esteve no gabinete do deputado Clésio Salvaro (PSDB) para discutir a melhor forma de implementação da proposta defendida pelo deputado - a compra de vagas em universidades para alunos carentes em cursos ligados à área educacional como Química, Física, Letras e Matemática, entre outros. “A forma mais viável, segundo estudos da SEE, seria por intermédio de convênio com instituições de ensino superior privadas, como é o caso da Unesc, em Criciúma, pelo sistema de compra de vagas”, ressaltou o deputado.

Segundo a professora, o trabalho está sendo intensificado em todo o estado, visando agilizar os procedimentos para que a implementação do projeto seja efetivada no início do próximo ano letivo. (Assessoria do deputado Clésio Salvaro)

BICENTENÁRIO DE GIUSEPPE GARIBALDI

O deputado Décio Góes (PT), presidente do Fórum Parlamentar Ítalo-brasileiro, está esta semana na Itália representando a Assembleia Legislativa nas comemorações do bicentenário de nascimento de Giuseppe Garibaldi, herói venerado pelos italianos. Acompanham o parlamentar o prefeito de Laguna, Célio Antônio, e o presidente do Sindicato da Cerâmica Vermelha (Sindcer), Sérgio Pagnan. A viagem tem também como objetivo estabelecer contatos visando acordos de cooperação internacional nas áreas de gastronomia, vitivinicultura, turismo rural, artesanatos, cerâmica artística, entre outras áreas, para estabelecer parcerias com a região Sul da Itália.

A comitiva está participando de vários eventos, palestras com pesquisadores e conferência a ser ministrada pelo neto de Garibaldi, Giuseppe Garibaldi, além de visita ao Memorial de Garibaldi e ao mausoléu com os restos mortais de Anita Garibaldi. Participam ainda de uma Sessão Solene no Senado da República italiana. (Juliana Cláudio, assessora do deputado Décio Góes)

COMUNIDADE

Expedicionários querem sede própria

Ameaçada de despejo, a Associação Nacional dos Veteranos da FEB está instalada em espaço cedido pelo Ipescc

Eduardo Guedes de Oliveira



Serapião e Dulthavio lutam para manter as mais de 500 peças. História que corre o risco de se perder

Campanha na Itália

Efetivos – 25.334

Mortos – 451

Feridos – 1.577

Acidentados – 1.145

Prisioneiros – 35

Extraviados – 23

Vitórias da FEB em 1944

Mazzarozza, Camaiore, Monte Prano, Fornacci, Galicano, Barga e San Quirico.

Vitórias da FEB em 1945

Monte Cavaloro, Monte Castello, Santa Maria Villiano, Castelnuovo, Montese, Paravento, Monte Maiolo, Rivela, Zocca, Formigine, Collechio, Castelvetto e Fornovo.

Acervo e curiosidade

“Conspira contra sua própria grandeza, o povo que não cultiva os seus feitos históricos” é o lema da Associação Nacional dos Veteranos da FEB. Um lema confirmado pelo empenho dos associados para preservar o *Acervo Histórico da Segunda Grande Guerra*, com mais de 500 peças, mantido junto à entidade, no segundo andar do edifício do Ipescc, em Florianópolis, na esquina das ruas Trajano e Conselheiro Mafra.

São cartas da zona de guerra, jornais, fotografias, armas, fardas e roupas usadas por pracinhas e enfermeiras que integraram as diversas divisões. “Não está fácil manter a exposição porque o espaço é reduzido. Se tivéssemos um local próprio, poderíamos receber mais estudantes, além dos turistas

que seguidamente nos visitam. Temos aqui uma aula viva de história”, diz Clélia.

Boinas

Dulthavio, presidente da entidade, conta que há muita confusão quando se trata identificar os expedicionários e determinar sua participação na Segunda Guerra Mundial. “Nós, que fomos para a luta na Itália, somos os Boinas Azuis. Estivemos na guerra junto com os aliados, lutando contra os exércitos nazistas, e vencemos”, explica.

Já os pracinhas, que ficaram com a responsabilidade de guardar o litoral brasileiro, são os Boinas Verdes. Estes pertencem à Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, presidida por Gilberto Nahas.

Verlaine Silveira

A dedicação da filha de um ex-combatente tem proporcionado a manutenção da Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira (FEB/seccional Florianópolis) e também de seu importante Acervo Histórico da Segunda Guerra Mundial. Clélia Maria Kreuzsch Andrade, de 58 anos, filha do pracinha Vítório Kreuzsch, que morreu aos 28 anos devido a conseqüências de trauma de guerra, é o braço direito do atual diretor-presidente, Dulthavio Coelho Júnior, hoje com 86 anos. O principal objetivo é ter uma sede própria.

Juntos, eles têm vencido inúmeras dificuldades, mas também têm vivenciado emoções que não têm preço. É o caso das visitas de alunos de escolas, especialmente da Grande Florianópolis, que vão à sede da associação para conhecer o acervo do museu da FEB. Lá, eles recebem uma aula de história. Aliás, uma história que ainda está bem viva na memória desses sobreviventes da guerra.

Os sentimentos dos estudantes, conta Dulthavio, são os mais variados. “Vão desde a curiosidade e entusiasmo sobre algo tão distante no tempo até a penalização pelo sofrimento próprio das guerras”.

Preocupação

O presidente da entidade tem no momento uma única preocupação. Ele precisa encontrar um local para instalação da associação e do museu, já que estão em prédio emprestado pelo Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (Ipescc). “Não temos muito tempo para

isso. Estamos com mais de 80 anos e queremos instalar em definitivo este legado histórico”, diz o presidente. Ele está recebendo o apoio do deputado Onofre Agostini (DEM) que vem se empenhando na busca de um prédio ou sala para a reinstalação da entidade e seu acervo.

Para contar a história de sua participação na guerra, muitos expedicionários escreveram livros. Em Santa Catarina, o ex-presidente da Associação, Nilson Vasco Gondin, que faleceu em 2005, contou suas memórias no livro “Liberdade Escrita com Sangue – um Manezinho na Segunda Guerra Mundial”; Manoel Antônio Linhares publicou “A Cobra Vai Fumar”; José Edgar Eckert escreveu “Memórias de um ex-Combatente”, e José Alves da Silva fez “A Saga de um Catarina na FEB”.

Dulthavio conta muito pouco sobre a guerra. Ele explica que fala pouco sobre o assunto “pois tem coisas que não se pode contar”. Lamenta que a guerra tenha acontecido, lamenta as inúmeras mortes, e diz que os pracinhas brasileiros foram homens muito corajosos. “Saímos do Brasil para atuar junto aos aliados, mas obedecíamos às ordens de um general americano”, conta ele.

Outro pracinha, Manoel Serapião Vasques, nascido em janeiro de 1918, é um dos poucos que ainda estão vivos para contar sua participação na guerra. Ele comparece a todas as reuniões e assembleias da associação. De um total de 25.334 brasileiros convocados na chamada Campanha da FEB na 2ª Grande Guerra Mundial, morreram 21 oficiais e 451 pracinhas na Itália. Não há dados oficiais sobre o número de catarinenses que foram para a guerra.

CRIANÇAS DESAPARECIDAS



Fernando Pereira de Paula
Nascido em 14/08/1987
Desaparecido em 06/06/1997
Cidade: Curitiba – PR



Grazielli Prevellactto Rodrigues
Nascida em 17/12/1988
Desaparecida em 17/05/1998
Cidade: São Paulo – SP



Jessica Jardini Salomão
Nascida em 19/11/1991
Desaparecida em 30/05/2006
Cidade: São Paulo – SP



Vanessa Cristina Nos
Nascida em 26/06/1987
Desaparecida em 13/03/2003
Cidade: Telêmaco Borba – PR